

Produção e produtividade no meio acadêmico. A “ditadura do Lattes” e a Universidade contemporânea

João Fábio Bertonha*

“O Lattes é como um ídolo, que exige ser alimentado todo dia”. Não me recordo quem me disse esta frase, mas ela é perfeita para indicar o clima imperante em parte da Universidade pública hoje. Diga “em parte” e “pública”, porque uma parcela razoável dos docentes na Universidade pública não está realmente preocupada com estas questões (já que muitos têm estabilidade no emprego e, portanto, se não querem concorrer em editais e por bolsas, estão tranquilos) e porque, na Universidade privada, a produção e a produtividade, normalmente, se medem em horas de aula dadas, o que modifica substancialmente os termos do problema.



Não obstante, para setores importantes da Universidade, o Lattes se tornou uma quase obsessão. E não é para menos. Afinal, ainda que a subjetividade e conexões políticas ou sociais continuem a ser de suma importância no ambiente acadêmico (como, aliás, em toda a sociedade), o Lattes e suas tabelas de produção (artigos, livros, orientações, comunicações, etc.) é um dos elementos chave para seleção para bolsas, editais de pesquisa, etc. Hoje, além disso, o Lattes serve como uma espécie de Orkut dos intelectuais, permitindo que todo mundo conheça a vida acadêmica dos outros e, portanto, é ele uma vitrine que todos querem embelezar e aumentar.

Muitas pessoas simplesmente trabalham e produzem muito e, portanto, tem o Lattes encorpado. A pressão pelos números, contudo, tem sido tão intensa que muitos artifícios têm sido utilizados para ampliá-los. Tendo participado já em inúmeros comitês de avaliação, já me deparei com casos no mínimo bizarros, como pessoas que apresentam um estágio no exterior de uma semana como pós-doutorado ou que publicam um texto num site e o apresentam como livro. Ou, ainda, que transformam um evento local em “internacional” simplesmente colocando esta palavra no título. Em geral, contudo, o que se faz é publicar sem parar, em anais de eventos (que agora estão todos sendo transformados em livros), revistas e também através de editoras que estão se especializando em atender esta demanda. O problema é que se publica muito material que nem sempre valeria a pena ser publicado.

Também começam a se introduzir métodos comuns nas exatas, como fazer um membro de uma equipe citar a todos quando de alguma publicação, o que permite, por exemplo,

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas e professor de História na Universidade Estadual de Maringá/PR.

que alguns doutorandos tenham dezenas de artigos publicados ou que um professor possa apresentar centenas.

Nem todos estes artifícios são ilegais ou mal intencionados (pois o Lattes abre margem a muitas interpretações), mas estão presentes e indicam como a pressão pelos números se instalou com força na Universidade, levando a uma paranóia geral em publicar sem parar. “Publish or perish”, seguindo o modelo dos Estados Unidos.

É fácil fazer uma avaliação de que isso ocorreu simplesmente por causa da ascensão do liberalismo, da vitória da ideologia neoliberal no mundo e etc. A meu ver, há sim uma relação entre estas questões. A Universidade faz parte da sociedade maior e, se vivemos um contexto de vitória dos ideais de produtividade e produção como valor absoluto, como isso não afetaria os professores universitários? Se lembrarmos ainda que nosso papel de “guias da sociedade” não parece mais ter tanto apelo e que muitos dos ideais políticos e sociais que norteavam alguns dos intelectuais do passado desapareceram, o refúgio na produtividade sem fim parece razoável para dar sentido à profissão.

Mas talvez a questão seja mais simples do que parece e reflita a própria melhoria da Universidade brasileira nos últimos anos. Houve uma expansão nos quadros e, especialmente, nos quadros titulados. Agora, há mais profissionais, todos ansiosos, como em qualquer ofício, para demonstrarem suas habilidades. Com este aumento exponencial do número de pesquisadores, a demanda por bolsas, recursos, editais e etc. se ampliou tanto que as agências financiadoras tiveram que encontrar algum caminho para decidir quem receberia o que.

Dessa forma, algum critério viável teria realmente que ser encontrado e o numérico venceu não apenas pelo domínio dos ideais da produtividade como valor absoluto, como visto acima, mas também pelo fato de ser um critério que pode ser manejado por softwares e programas de computador. Assim, Capes, CNPq, FAPESP, Fundação Araucária e outros têm uma maneira mais ou menos prática de avaliar os pedidos de dezenas de milhares de pessoas ao mesmo tempo. Um clique e uma planilha é elaborada, indicando se aquele pesquisador deve ser apoiado ou não.

Assim, não me parece que estejamos diante de um complô neoliberal para transformar as Universidades em fábricas. O método de avaliação por produção e por quantidade é também uma forma prática de resolver o dilema de avaliar os pedidos de uma comunidade acadêmica cada vez maior e só reflete a vitória do modo capitalista de pensar, a meu ver, de forma indireta.

Resta perguntar se essa vitória é positiva ou negativa. Eu a vejo como negativa em alguns aspectos. Em primeiro lugar, a tensão por produzir sem parar só pode fazer mal aos envolvidos. Em segundo, estamos produzindo tanto papel impresso e CD-ROMs que mal conseguimos dar conta em ler uma mínima parte disto. Minha experiência nos últimos anos indica que, cada vez que pesquisamos algum assunto, aparecem centenas ou milhares de referências. Depois de filtradas, restam apenas umas poucas que valem a pena. A superprodução está, talvez, atrapalhando a produção do conhecimento, e não o contrário.

Depois, há uma pressão para não publicar em veículos “menores”. Jornais, revistas eletrônicas acessadas por milhares de pessoas ao dia, revistas, livros para escolas e materiais desse tipo não tem um “Qualis” alto e, portanto, pouco significam nas avaliações. O pesquisador fica sempre, portanto, diante do dilema de publicar numa

revista ultra-especializada, que lhe dará prestígio e pontos, mas que ninguém quase vai ler, ou numa de amplo acesso público, mas que não lhe trará reconhecimento e, pelo contrário, fará pessoas olharem para ele com desprezo nos corredores da Academia.

É óbvio que se deve separar o joio do trigo. Não faz sentido querer colocar num mesmo plano uma publicação numa revista especializada, na qual o artigo deve seguir rigoroso processo de produção e avaliação e, ao ser lido por um público seletivo, fará o conhecimento naquela área avançar e um outro, publicado numa revista ou site aberto. Nestes veículos, o grau de exigência é menor e parece fundamental não querer igualar tudo. Contudo, se nos furtarmos de falar com o grande público, para que serviriam os intelectuais?

Claro que o problema não é unicamente nosso. O mercado brasileiro de conhecimento é muito restrito e nem sempre há muito espaço para exercermos nosso papel de especialistas em dados assuntos. Fico pasmo, aliás, com o quanto é difícil publicar livros no Brasil, pois, aparentemente, nada interessa às Editoras. E fico ainda mais pasmo quando, meses após ter um livro recusado, vejo a mesma Editora publicar um livro semelhante traduzido de um original dos EUA e Europa. As vezes, penso até que, se mudasse meu nome para “John Smith” e publicasse primeiro no Primeiro Mundo, em inglês, as editoras do Brasil fariam fila para me traduzir... Um desabafo particular meu, mas que indica que nem sempre atingir o grande público é fácil e que não é só a “ditadura do Lattes” a culpada.

Mas, enfim, o que fica claro é que a ditadura numérica não é exatamente positiva, pois inibe a produção de material para um público mais amplo, faz muita gente desvalorizar a atividade didática e gera a produção de muita coisa inútil. Contudo, o mais grave é que, certamente, não é o critério mais isento e perfeito para julgar a capacidade de um pesquisador.

Pensemos, por exemplo, em Einstein e no seu “ano miraculoso”, 1905. Em dois ou três artigos, ele mudou o panorama da física moderna. Talvez, se estivesse sendo avaliado pelo Lattes naquele ano, ficasse para trás frente a vários outros que produziram mais, mas com muito menos impacto. E, por impacto, não quero dizer simplesmente ser citado (o que é um bom indicador, mas não absoluto), mas trazer algo realmente novo para o seu campo de estudos.

Assim, é possível pensar em um historiador ou cientista político que produzirá uma montanha de papel na sua vida, mas cujo trabalho poucos conhecem ou que pouco importa e outro que produziu apenas um livro ou artigo, o qual mudou o nosso entendimento do mundo. O numérico não é, dessa forma, um critério muito confiável para medir capacidade.

No entanto, fico na dúvida se é um critério tão irrelevante assim. Em geral, e já descontando as exceções de praxe, os maiores currículos em termos numéricos também refletem uma obra que, coletivamente, é das mais relevantes. Um autor que publicou 200 artigos certamente não terá a todos com a mesma qualidade ou impacto, mas o conjunto provavelmente será de importância. Um que publicou apenas cinco sem ser um Einstein certamente terá colaborado menos no seu campo de estudos do que o primeiro.

Depois, se o critério numérico cair, o que faremos? Se eliminássemos os Lattes e a avaliação numérica, o que colocaríamos no lugar? Podemos pensar num método “democrático”, pelo qual todos os pedidos de recursos e bolsas receberiam os mesmos

valores, dividindo rigorosamente o dinheiro disponível pelos solicitantes. Mas seria este justo ou válido? Premiar os profissionais, e são muitos, que usufruem de salários pagos pelos impostos de todos para ficar num eterno “dolce far niente” é o caminho correto para superar a ditadura da produção? Eis uma questão que merece ser pensada.

Em resumo, não estou nem um pouco de acordo com o sistema de quantificar as pessoas via tabelas e planilhas numéricas e fica mais do que claro que tal sistema não capta realmente a essência do pesquisador. Dessa forma, acredito que devemos e podemos encontrar maneiras de melhorar o sistema de avaliação que temos, saindo dessa quantificação sem fim.

O problema é que quaisquer melhoras (avaliação por pares, por comitês, etc.) para captar a qualidade da produção ao lado da quantidade demandariam um trabalho infinito. Como seria possível organizar comitês para avaliar dezenas de milhares de propostas num Edital Universal do CNPq, por exemplo?

Depois, um dos principais e tradicionais problemas da máquina pública brasileira é que os favorecidos são sempre os “amigos do rei”. Não vivemos numa sociedade cem por cento meritocrática e a Universidade também não o é, e um sistema objetivo, quantitativo, permite, pelo menos, um critério minimamente razoável para definir as coisas ou, no mínimo, para questionar um julgamento. Sistemas como o Lattes são um avanço no sentido de tornar públicas as informações e permitir questionamentos de decisões. Talvez, no futuro, seja possível conceber um sistema melhor, menos imune a erros e interpretações diversas e que permita, através de algum mecanismo automatizado, avaliar melhor um pesquisador do que o atual. Mas o Lattes de hoje é um avanço, e não um retrocesso.

Em resumo, concordo que quantificar simplesmente não resolve a questão e que quantidade não significa qualidade. Também estou de acordo que acabamos produzindo montanhas de textos que, provavelmente, não servirão para nada e nos estressando simplesmente para ascender na carreira e acumular “pontinhos”. Tudo isso merece ser revisto em favor de uma análise mais pormenorizada do que é fazer ciência, escrever e colaborar com a sociedade. Agora, se a alternativa é a não existência de avaliação do que se faz com o dinheiro público, a questão muda de figura. Prefiro a Universidade cheia de pesquisadores produtivos (ainda que boa parte do que produzem só sirva para pontuar currículo) do que de pessoas pouco interessadas na sua própria profissão e na sociedade que os sustenta.